



ABRACE O PORTO DO CAPIM. REQUALIFICAÇÃO URBANA E DIREITO À CIDADE. Uma experiência de extensão universidade-comunidade.

Autores:

Jovanka Baracuchy Cavalcanti Scocuglia - UFPB - jovankabcs@gmail.com

Resumo:

Este artigo trata de uma experiência de extensão universitária, o Proext/MEC-Sesu - Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim em João Pessoa - PB (Proext Abrace o Porto), desenvolvido no âmbito da UFPB, entre 2015 e 2016, atuando junto à Comunidade Porto do Capim e aos movimentos sociais urbanos insurgentes. Os métodos e as formas de participação que marcaram esta experiência visaram, inicialmente, abrir a discussão ampla sobre a problemática inserindo a comunidade, os movimentos sociais e a universidade no processo de questionamento de um projeto de requalificação urbana para o Centro Histórico da Cidade de João Pessoa realizado pela Prefeitura Municipal. A partir da extensão universidade-comunidade reunimos subsídios para refletir sobre projetos urbanísticos participativos, valorizando as ações articuladas entre diversos agentes pelo Direito à cidade. Essas ações foram marcadas pelo pensamento crítico sobre a cidade, seus agentes e a prática do urbanismo.

ABRACE O PORTO DO CAPIM. REQUALIFICAÇÃO URBANA E DIREITO À CIDADE.

Uma experiência de extensão universidade-comunidade.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de uma experiência de participação e ação conjunta entre universidade e comunidade, no âmbito da extensão universitária, o Proext/MEC-Sesu - Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim em João Pessoa – PB (Proext Abrace o Porto). O projeto de extensão foi desenvolvido junto à PRAC- Pró-Reitoria de assuntos Comunitários da UFPB - Universidade Federal da Paraíba, entre 2015 e 2016, atuando na Comunidade Porto do Capim e junto aos movimentos sociais urbanos sensíveis à problemática da requalificação urbana e patrimonial e ao direito à cidade. O Projeto envolveu cerca de vinte professores da UFPB e foi classificado em primeiro lugar, em nível nacional, na linha temática Desenvolvimento Urbano.

A Comunidade Porto do Capim ocupa as margens do Rio Paraíba (em seu afluente o Rio Sanhauá) em área onde se localizava o antigo porto da cidade de João Pessoa em seus primórdios. O trecho é definido como de entorno do perímetro de tombamento instituído pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional quando do tombamento do Centro Histórico de João Pessoa como patrimônio nacional, em 2007. A comunidade em foco é considerada uma comunidade tradicional ribeirinha. Formada por antigos trabalhadores do Porto e pescadores remanescentes que moram e cultivam tradições relativas à pesca e outras vinculadas à história/memória comunitária. A área ocupada pela comunidade é classificada pelos órgãos patrimoniais como de valor patrimonial e ambiental. Além disto, destacamos se tratar de uma forma já clássica de ocupação de áreas centrais urbanas por população de baixa renda no Brasil, áreas estas dotadas de infraestrutura, próximas às estações ferroviária, rodoviária e terminal de integração intraurbana, tendo nessas estruturas o apoio fundamental para a mobilidade dos seus moradores. Há, neste sentido, peculiaridades do espaço/lugar de moradia e vivência desta comunidade, bem como de suas reivindicações e lutas socioespaciais.

Os métodos e as formas de participação que marcaram esta experiência visaram, inicialmente, abrir uma discussão ampla inserindo a comunidade e a universidade no processo de intervenção urbana em curso no Centro histórico da Cidade de João Pessoa e, posteriormente, reunir subsídios para a elaboração de projetos urbanísticos e arquitetônicos participativos, valorizando e apoiando às ações pelo direito à cidade, articuladas entre diversos agentes e, sobretudo, ampliar a participação da Comunidade Porto do Capim nas decisões e projetos para a área do antigo atracadouro onde nasceu a cidade de João Pessoa-

PB. Essas ações e as reflexões resultantes são marcadas pelo pensamento crítico sobre a cidade, seus agentes e a prática do urbanismo.

O “Projeto de Revitalização do Porto do Capim” também chamado de “Projeto Novo Porto de Capim” foi realizado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa no âmbito do PAC – Rio Sanhauá e do PAC – Cidades históricas com o objetivo de revitalizar a área para o turismo, removendo uma comunidade tradicional ribeirinha e alterando substancialmente a paisagem cultural urbana e a vida do lugar.

Partimos do pressuposto que é preciso tensionar a noção de participação nos processos e projetos de intervenção e de gestão urbana diante da banalização contemporânea desta noção repetida em diversos projetos de diferenciadas tendências econômicas, políticas ou urbanísticas. Esse tensionamento é possível, sobretudo por meio de novas e diversas ferramentas de abordagem da cidade, evidenciando as articulações do campo da arquitetura e do urbanismo com áreas correlatas como antropologia, sociologia, geografia, direito, história e artes, para refletir sobre a importância da ampliação da ação, da experiência e da participação como fundamentos imprescindíveis aos projetos urbanísticos em áreas públicas na cidade contemporânea.

Convém mencionar ainda que as questões teóricas, metodológicas e conceituais discutidas neste artigo resultam igualmente dos subsídios alcançados em nossas pesquisas, financiada pelo CNPq Territórios e Urbanidades: práticas urbanas e políticas culturais no espaço público contemporâneo - realizadas desde 2011, quando trazemos à tona a atualidade do estado da arte do urbanismo identificando as práticas insurgentes que se contrapõem às intervenções urbanísticas autoritárias. Partimos do questionamento sobre a própria possibilidade e sobre as formas de “uso/apropriação/profanação/participação” na atual fase dita extrema do capitalismo, na qual as coisas são exibidas e separadas de si mesmas, sendo espetáculo e consumo as duas faces de uma única impossibilidade de usar ou participar (AGANBEM, 2009, p.107).

No Brasil estes problemas estão associados ainda à formação do espaço urbano marcada pelo patrimonialismo e fisiologismo de grupos dominantes, e a um longo caminho a ser percorrido com relação aos direitos sociais e à cidadania (CARVALHO, 2003; LEITÃO, 2009), o que resultou na constituição de cidades excludentes nas quais os trabalhadores de baixa renda não têm acesso garantido a moradia, nem aos serviços e equipamentos públicos de qualidade.

Na sequência, apresentaremos o contexto socioespacial e cultural da Comunidade e do Porto do Capim no Centro Histórico de João Pessoa e as proposições, antigas e novas, de intervenções urbanas na área, para depois discutirmos as ações pactuadas entre universidade-comunidade resistindo à gentrificação do Porto do Capim e adjacências.

O PORTO DO CAPIM E A COMUNIDADE TRADICIONAL RIBEIRINHA

A formação e urbanização da área do Porto do Capim se inserem na própria história da cidade de João Pessoa, fundada em 1585, no período de união das Coroas Ibéricas, às margens do Rio Parahyba/afluente Sanhauá, quando dois núcleos urbanos principais se formaram: a Cidade Baixa, caracterizada pelo cais do porto e por atividades de comércio e serviços e a Cidade Alta com a predominância de uso residencial e a presença de conjuntos religiosos.

Em 1920 o então presidente da República Epitácio Pessoa aprovou o projeto de construção do “Porto Internacional do Varadouro,” que seria construído exatamente na área foco dos conflitos recentes. O porto ficou conhecido como Porto do Capim. Devido à engenharia e à própria natureza do Rio Parahyba, o porto teve inviabilizada a capacidade de atracarem navios de grande porte, o que prejudicou o exercício das funções de escoamento de produção e, por consequência, o desenvolvimento do projeto para o porto. E assim, na década de 1940, o Porto do Capim foi desativado e o escoamento da produção local passou a ser feito pelo Porto de Cabedelo, cidade vizinha (na época um distrito de João Pessoa), e pela ferrovia construída nas proximidades para o mesmo fim (SCOCUGLIA, 2004; GONÇALVES, 2014).

Resultante das dinâmicas de urbanização e desenvolvimento econômico da cidade de João Pessoa houve um gradativo esvaziamento do centro como lugar de moradia pelas camadas médias e elite local, intensificado a partir da década de 1950. Concomitantemente, a desativação do Porto no Centro da cidade provocou, entre 1940 e 1970, a ocupação do espaço por uma população oriunda de camadas pobres, principalmente famílias de trabalhadores do antigo porto, que ali desenvolveram um núcleo residencial.

Este processo de mobilidade socioespacial, com impactos na substituição de população, acentuou a vocação do Centro para abrigar trabalhadores diversos como comerciários, ambulantes, lavradores, pescadores, mecânicos de automóveis, prostitutas, flanelinhas, entre outros. O Porto do Capim, especificamente, abrigou essa diversidade, mas, em especial, os pescadores e uma comunidade estuarina que se consolidou com costumes e modos de organização socioespacial peculiares. Hoje, se configura como área residencial, com um pequeno comércio local, escola pública, igrejas e a associação de moradores. A Comunidade do Porto do Capim é formada pelas comunidades: Porto do Capim, Vila Nassau, Trapiche, Frei Vidal e pela mais recente ocupação denominada Curtume.

Muitos dos antigos moradores continuam, segundo Gonçalves (2014), a exercer as atividades econômicas ligadas à pesca como complemento para o sustento familiar, e, desse modo, um pescador pode ser ao mesmo tempo vendedor ambulante. É comum no caso dos ribeirinhos urbanos essas ocupações profissionais e os “bicos” temporários se sobreporem. Há também moradores que exercem outras profissões, nas quais a localização de suas casas é fundamental para a movimentação, deslocamento e continuidade de suas atividades e relações cotidianas.



Figura 01 e 02: localização da Comunidade do Porto do Capim em relação à cidade de João Pessoa sobre mapa base google e identificação das comunidades que compõem a área de estudo. Fonte: Acervo do Proext Abrace o Porto do Capim, 2015.

A Comunidade Porto do Capim por estar localizada na área central da cidade, próxima da estação ferroviária e rodoviária, e ao Rio Sanhauá, tem nessas estruturas urbanas e ambientais o apoio fundamental para a mobilidade e espaço de reprodução dos seus moradores.

Quanto às políticas patrimoniais de intervenção na cidade de João Pessoa destacam-se duas fases de atuação distintas que configuram diferentes formas de organização dos atores sociais envolvidos (SCOCUGLIA, 2004). A primeira fase se inicia em 1987 a partir do estabelecimento de um Convênio de Cooperação Internacional entre Brasil e Espanha, privilegiando a proteção de monumentos em situação de risco, a criação de normas restringindo usos e contendo o processo de descaracterização dos imóveis e a produção de um inventário patrimonial. Estas ações geraram, desde então, conflitos entre gestores e comerciantes das áreas centrais da cidade. Nesse primeiro momento foi instituída a figura do “Centro Histórico” de João Pessoa, definido o primeiro perímetro de proteção e elaborado o “Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa”.

A segunda fase, a partir de 1998, foi marcada pela reinvenção da figura do “Centro Histórico” e pela participação da sociedade civil organizada em associações ligadas à educação, à cultura e à arte. Nesse contexto, foi elaborada a primeira revisão do “Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa (1998). Tal projeto efetuou, inicialmente, obras de revitalização da Praça Antenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, sem “descer a ladeira” para chegar ao Porto do Capim. Nesse contexto, além dos recursos envolvidos no convênio de cooperação internacional, os planos de revitalização contaram com o financiamento do BID por meio do PRODETUR.

Desta forma, podemos observar que, desde a década de 1990, existem intervenções previstas para o Centro Histórico de João Pessoa e seu entorno, incluindo o Porto do Capim e seu núcleo de moradia de populações de baixa renda. A população da Comunidade foi invisibilizada nas ações e projetos dos poderes públicos instituídos e, posteriormente, foi proposta sua remoção da área como pressuposto para a “revitalização” da área e inserção da cidade de João Pessoa no mercado de competitividade entre cidades.

Tais ações configuram atualmente um cenário de conflitos e resistência organizada da comunidade ribeirinha ao processo de gentrificação anunciado. No âmbito de nossas pesquisas enquanto bolsista PQ/CNPq (desde 2010) e como parte da equipe que coordenou

o Proext/UFPB (2015), temos analisados esta área e sua população destacando as ações e conflitos recentes no processo de gestão e participação da sociedade civil como parte da problemática mais ampla da (re)produção do espaço urbano na cidade de João Pessoa. Tratam-se de ações deslançadas desde 2011 e acirradas em 2015 após a tentativa de implantação autoritária do “Projeto Novo Porto do Capim”, como parte de um programa de intervenção no Centro Histórico da cidade de João Pessoa (PB), capitaneado pela Prefeitura Municipal com recursos aprovados pelo PAC-Cidades Históricas. Dentre diversos aspectos polêmicos do Projeto da PMJP de intervenção no Porto do Capim, destacamos a gentrificação, a turistificação, a banalização e a espetacularização expressas desde os pressupostos do referido projeto, centrado na previsão de remoção de uma comunidade ali residente e implantação de uma arena de eventos e um parque ecológico.

O PROEXT ABRACE O PORTO E AS REDES INSURGENTES NA PARTICIPAÇÃO UNIVERSIDADE-COMUNIDADE

Focaremos na problemática específica ao Centro Histórico de João Pessoa e à Comunidade Porto do Capim, voltando-nos para as relações, contradições, tensões e conflitos presentes na dinâmica em curso que evidencia disputas por diferentes usos do local e formas de apropriação dos espaços patrimonializados, nas negociações entre os agentes envolvidos no processo de gestão e organização do Centro Histórico e seu entorno, mais precisamente no protagonismo que vem assumindo a participação da comunidade ribeirinha, alvo de ameaças de remoção para instalação de projeto turístico e parque ambiental. Apontaremos igualmente as parcerias universidade-comunidade anteriores ao Proext Abrace o Porto enquanto momentos de aproximação entre a comunidade acadêmica e os moradores do Porto do Capim, e seus desdobramentos na proposição e execução do programa de extensão.

No histórico de parcerias entre universidade e comunidade destacamos as atividades realizadas a partir da Comissão Porto do Capim em Ação, em 2011, tendo como principal pilar os moradores da Comunidade Porto do Capim, articulados à Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra, ao Programa de Extensão “Subindo a Ladeira” também da Universidade Federal da Paraíba e a diversos outros “movimentos urbanos insurgentes”: Varadouro Cultural, João Pessoa Que Queremos, Amigos da Natureza, o movimento SOS Patrimônio Histórico, o Museu do Patrimônio Vivo, o Centro de Referências em Direitos Humanos da UFPB (CRDH/UFPB) e a ONG Porta do Sol, esta última localizada na própria comunidade e remanescente dos movimentos da década de 1990. Esses moradores (no caso, moradoras), posteriormente, formaram a Associação de Mulheres (no final de 2013). Essas entidades foram paulatinamente ampliando a participação nos anos seguintes e, em 2015, essa rede passou a contar com o Proext/UFPB – Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim com financiamento e aval do Ministério da Educação/Sesu.

Um primeiro movimento de resistência organizada às ações previstas por este projeto da PMJP aconteceu com o evento #OcupePortoDoCapim, em junho de 2013, que mobilizou a comunidade e os cidadãos pessoenses a resistirem à remoção. O #OcupePortoDoCapim se inspirou no “Occupy Wall Street” - um movimento de protesto contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas - sobretudo do setor financeiro - no governo dos Estados Unidos. Iniciado em 17 de setembro de 2011 em Nova York, depois em Los Angeles, Oakland, Chicago, se

expandiu para várias outras cidades ao redor do mundo. Desse movimento original surgiram o Ocupe Estelita e outros “ocupes” em vários lugares do Brasil e do mundo.

A universidade já atuava na área desde 2007 realizando pesquisas de iniciação científica e grupos diversos atuavam por meio de atividades culturais e artísticas, bem como participando de grupos voltados à educação e à cultura dando visibilidade e apoiando a causa da comunidade (SCOCUGLIA, 2004, 2010). Entretanto, este protesto, em 2013, se revestia de algo novo e inspirado por movimentos internacionais a exemplo do Occupy Wall Street e Ocupe Estelita, que pareciam retomar a concepção lefebvriana de direito à cidade ampliando as ideias de participação e de cidadania, ao reivindicarem o direito a fazer cidade e não apenas a usá-la, consumi-la ou apropriar-se.

Na sequência destacaremos a forma de articulação destes movimentos em rede por meio do Proext Abrace o Porto (2015/2016) e uma linha do tempo com as ações específicas coordenadas pela universidade-comunidade culminando na suspensão do projeto de revitalização da PMJP para a área, na suspensão da remoção da comunidade e na revisão do projeto de descaracterização da paisagem cultura urbana, bem no empoderamento da comunidade. O conceito de rede, segundo Scherer-Warren (apud SOUTO, 2015), aplica-se à experiência analisada neste artigo uma vez que a “ideia de rede de movimento social é um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos”.

As ações em rede dos movimentos sociais envolvidos nesta experiência tem como ponto de maior conflito a reação ao projeto de revitalização proposto pela PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa que previa a retirada dos moradores da região do Porto do Capim. Não significa que outras estratégias e projeções para a área não sejam igualmente polêmicos, como por exemplo, a construção de um píer de concreto para atividades turísticas, de consumo e lazer sobre a vegetação de mangue e demais recursos naturais preservados.

A partir do projeto de extensão Abrace o Porto, a Comunidade Porto do Capim reagiu à remoção e lutou pelo direito de permanência na área, bem como pela participação no processo de gestão ambiental, cultural e patrimonial durante e depois da elaboração de planos, projetos e implantação dos mesmos. A partir de um movimento em rede, a comunidade se tornou protagonista do processo de requalificação em curso participando de debates, audiências, seminários, programas de rádio, fóruns os mais diversos e desencadeou uma luta por reconhecimento, nos termos da concepção de Honneth, como sendo

(...) o processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento (HONNETH, 2003:257 apud SOUTO, 2015)

Reconhecimento enquanto comunidade ribeirinha com sua cultura, diversidade e espaço de representação posto que, como nos lembra David Harvey (2014), ao reivindicar o direito à cidade, os sujeitos, em última instância, estão reivindicando “algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas” (HARVEY, 2014, p.30).

Ao questionar o Projeto “Novo Porto do Capim”, a Comunidade Porto do Capim e demais membros da rede de resistência que se insurge contra esse Projeto, passaram a reivindicar condições dignas de vida e de moradia, bem como o direito à cidade, questionando a condição de invisibilidade social de grupos estigmatizados, a produção do espaço urbano e o próprio modelo de cidade que parece transformar a gentrificação numa “estratégia urbana global”, nos termos indicados por Neil Smith (2006), amplamente incorporada ao cenário brasileiro contemporâneo.

De fato, a gentrificação, a produção de cenários espetaculares para turistas e a mercantilização de nossas cidades vem encontrando insurgências e resistências em diversas áreas. Esses processos, em geral, não se dão da forma passiva como as imagens projetadas parecem indicar e a indignação se amplia gradativa e constantemente.

Refirmamos a urgência de ampliação dos estudos empíricos e uma mudança de atitude do pesquisador no sentido de buscar sair de sua zona de conforto para conhecer os espaços cotidianos, os usos e apropriações e os movimentos de indignação e resistência.

Uma experiência participativa comunidade-universidade, as formas de atuação e de enfrentamento com os poderes públicos

O Proext Abrace o Porto se estruturou como uma proposta a ser realizada em parceria com a comunidade, visando o fortalecimento das ações comunitárias na sua luta pelo direito de se manter na área que historicamente ocupa. Para atingir esse objetivo e tendo em vista a complexidade e interdisciplinaridade da problemática, foram definidos cinco subprojetos: 1. Assistência Técnica para Melhoria da Habitação, 2. Assistência Jurídica, 3. Educação Patrimonial e Ensino de História, 4. Memória e Documentação e 5. Requalificação Urbana e Ambiental. Todos são marcados por uma profunda inter-relação e complementação dos saberes formais e informais, voltados para auxiliar na compreensão da realidade em suas múltiplas facetas, além de promover o encaminhamento de soluções para cada um dos aspectos abordados.

Inicialmente, foram reunidas as iniciativas individuais e coletivas de pesquisa e extensão universitária, desenvolvidas por docentes e discentes da Universidade Federal da Paraíba, na Comunidade do Porto do Capim, ao longo dos anos. Estas ações mostram como foram sendo agregados interesses específicos de outras áreas do conhecimento, a partir das demandas comunitárias, implicando num compartilhamento de saberes entre a comunidade e a universidade. Tais ações resultaram numa experiência de grande sinergia e mútuo crescimento.

O Programa também recebeu o apoio de várias instituições e laboratórios, que contribuiriam com ações e informações para subsidiar o desenvolvimento dos projetos, tais como, a capacitação da equipe de extensionistas e a disponibilização de dados estatísticos e técnicos sobre a área em questão. Entre as instituições podemos destacar: a Universidade Federal da Bahia por meio de docentes do curso de Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia - AU+E/UFBA; o Escritório Modelo dos Estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB - TRAMA e o Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade - ICMBIO.

Iniciamos as atividades do Proext Abrace o Porto em março de 2015 com um seminário integrador dos diversos participantes, incluso a comunidade, os pesquisadores e estudantes interessados e os órgãos públicos envolvidos no projeto, representando os

interesses da PMJP. A ideia era abrir um diálogo e as negociações para fomentar novos caminhos. Deste evento resultou um manifesto em defesa da comunidade Porto do Capim, assinado pela equipe do Proext e divulgado em maio de 2015. Neste manifesto, professores e estudantes que integravam a equipe do PROEXT 2015-2016/UFPB foram a público declarar seu interesse em mediar as partes em causa e articular um diálogo que conduzisse à construção participativa de um projeto mais justo e que respeitasse os direitos humanos dos moradores da Comunidade do Porto do Capim.

As ações se intensificaram a partir daí, sobretudo, junto à comunidade afetada diretamente pelo projeto da PMJP. Instalamo-nos em um pequeno escritório da equipe dentro do espaço de moradia da própria comunidade e passamos a, junto com os membros do CDHR-UFPB e procuradoria do MPF, promover reuniões amplas para abertura do diálogo com a Prefeitura Municipal e seus órgãos de planejamento. Foram inúmeras reuniões quando os diversos embates e conflitos foram explicitados, sejam aqueles internos à comunidade, sejam aqueles relativos ao projeto da PMJP.

A prefeitura foi convidada a apresentar o Projeto de Revitalização do Porto do Capim em audiência pública convocada pelo MPF e passamos a pontuar, ainda nesta reunião, diversas lacunas e imprecisões nos projetos (meras imagens em 3D, sketches, sem memorial descritivo, orçamentos ou nem projetos executivos) e nas justificativas para as ações planejadas e para as soluções projetuais apresentadas.

Interessava-nos abrir a caixa preta do projeto para que os moradores compreendessem as propostas que os envolvia diretamente. Após inúmeras discussões, conseguimos alavancar uma pauta indicando a possibilidade de inserção de projetos alternativos ao da PMJP, realizados no âmbito do Proext Abrace o Porto e discutidos com a Comunidade, bem como com as entidades da sociedade civil, diretamente envolvidas e com representantes da Prefeitura.

Passamos a realizar análises técnicas que subsidiassem a proposição alternativa e a trabalhar, junto com a comunidade em metodologias de pré-projeto que chamamos de “Mutirão de Levantamento” e “Mapas dos Desejos”. Estes trabalhos consistiram em um plano de levantamento de todos os dados sobre as moradias, seus moradores e a relação destes com o rio e com a cidade. Foram formadas equipes de estudantes coordenadas pelos professores e definidos questionários e roteiro de levantamento socioespacial da Comunidade Porto do Capim. O Mutirão de levantamento contou com a ajuda dos moradores da comunidade, inclusive, facilitando o acesso dos pesquisadores nas áreas mais difíceis e precárias. Em quinze dias tínhamos todos os dados sobre população, moradia e espaços públicos levantados e tabelados.

Em seguida, realizamos o mapeamento dos espaços urbanos do Porto do Capim e das unidades habitacionais, por meio da observação de campo, registro fotográfico e elaboração de cartografias. Este trabalho foi importante, primeiro porque havíamos identificado incompatibilidades nos pressupostos da PMJP e dados conflituosos entre as informações coletadas por este órgão e as pesquisas realizadas no âmbito da universidade e do IPHAN-PB (Memórias Ribeirinhas e Dossiê Porto do Capim). E segundo porque considerávamos fundamental identificar os desejos e necessidades da comunidade. Informações atualizadas e cartografadas pela própria comunidade e pela equipe da universidade eram necessárias

para continuarmos o diálogo com a PMJP e para propormos alterações nos projetos de arquitetura e urbanismo.

Entre continuidades e descontinuidades, tivemos que elaborar diversos documentos inclusive em resposta ao IPHAN-PB que foi capitaneado e convocado pela PMJP para defender seu projeto e justificar a necessidade de remoção da comunidade ribeirinha sob o argumento de se tratar de uma área de entorno ao perímetro de tombamento federal para contemplação turística. Procuramos sensibilizar o IPHAN-PB programando visitas a área com seus representantes, bem como com a participação da PMJP, do Patrimônio da União e do Ministério Público Federal. Estas visitas culminaram em intensos debates ali mesmo nos quintais da Comunidade, nos seus becos e vielas. Pressionados, os órgãos públicos, mais especificamente a diretoria do IPHAN-PB passou a emitir pareceres técnicos procurando demonstrar a viabilidade da proposta da PMJP e a inviabilidade técnica e jurídica de manutenção na Comunidade.

O tratamento a ser dado, por exemplo, a área de entorno ao perímetro de tombamento do IPHAN na qual o Porto do Capim está inserido, foi apresentado por meio do IT 045-2016-DIVITC/IPHAN/PB, pautado em questões cênicas e estéticas separando natureza e cultura e batendo de frente com parte das recomendações dos órgãos patrimoniais nacionais e internacionais. O IPHAN-PB reafirmou seus argumentos técnicos contraditórios no IT 0009/2016-DT/IPHAN/PB sobre a existência de indícios arqueológicos na área do Porto do Capim como suporte extra para as restrições à manutenção de parte das moradias da Comunidade. Rebatemos cada um dos argumentos, recorrendo não apenas às recomendações e cartas patrimoniais, mas também a Constituição Federal de 1988 e ao Estatuto da Cidade.

A argumentação do IPHAN nestes documentos e nas reuniões organizadas/intermediadas pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão/MPF/PRP desconsiderava não apenas os dois estudos anteriores realizados pelo próprio IPHAN, mas também uma dissertação de mestrado defendida e aprovada no âmbito do Mestrado Profissional mantido também pelo IPHAN. Os três documentos eram conclusivos quanto aos aspectos socioculturais da tradicionalidade ribeirinha dessa população e quanto às recomendações efetivas de manutenção das mesmas e de integração ao projeto de requalificação urbana. Desconsiderou, igualmente, o Parecer Técnico Antropológico 03/2015, elaborado por determinação do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, que foi conclusivo em afirmar que as comunidades que vivem na área há cerca de 70 anos se caracterizam como Comunidades tradicionais e ribeirinhas. Desconsiderou igualmente a Constituição (1988) e o Estatuto da Cidade (2001).

Diante das informações levantadas e das análises técnicas realizadas, elaboramos uma síntese das questões essenciais para desencadear o processo de diálogo entre poder público e Comunidade Porto do Capim. Os pontos principais foram: o reconhecimento da tradicionalidade da comunidade, o reconhecimento da Associação de Mulheres do Porto do Capim como representação da Comunidade em todos os processos de discussão em todas as instâncias governamentais, a aplicação dos instrumentos de regularização fundiária em áreas consolidadas para garantia da permanência no local (dentro e fora da APP), segundo a metodologia e a proposta presentes no Mutirão de Levantamento e no Mapa de Desejos; o reconhecimento do direito à moradia adequada, vinculado a não remoção forçada; a garantia da posse e o respeito ao princípio do menor impacto possível; a adequação de

qualquer projeto de intervenção a área com a participação da Comunidade, a fim de viabilizar a legitimação e legalidade dos atos administrativos decorrentes; conforme a proposta prevista no Mapa dos desejos, aprovar a lista de prioridades e preferência de equipamentos comunitários e sua localização como parte da contrapartida do poder público no âmbito das medidas compensatórias relacionadas aos impactos de qualquer intervenção na área; construir uma agenda permanente para reorientação dos projetos existentes, evitando o retrocesso em matéria dos direitos humanos, garantindo o direito à informação e o estabelecimento de um grupo de trabalho para acompanhamento/monitoramento/avaliação dos Projetos.

A partir da formação dos grupos de trabalho, iniciamos outra fase de nossas atividades voltadas para a elaboração do que passamos a chamar de Mosaico de Soluções realizado com a intensa participação da Comunidade com os professores e estudantes da equipe Proext discutindo conosco desde as questões projetuais mais simples às mais complexas. Para facilitar esta participação e trabalho conjunto utilizamos de recursos imagéticos, cartográficos, oficinas e discussões recorrentes entre técnicos, acadêmicos e comunidade. Nestas reuniões não supomos jamais ensinar a ler projetos nem a executá-los, mas apenas sermos facilitadores, intermediários e parceiros nesta relação de mão dupla entre ensino-aprendizagem.

Resumimos parte significativa das ações realizadas nos dois anos de atuação do projeto de extensão, 2015-2016, nas linhas do tempo referentes às atividades universidade-comunidade (como pode ser visto nas figuras 3 e 4) diante da impossibilidade de relatar cada atividade desenvolvida nestes dois anos de intensas atividades e aprendizagens.



Finalizamos nossas atividades vinculadas ao Proext universidade-comunidade em 2016 com a realização de uma Carta de Consensos, pactuada entre os poderes públicos, o ministério público, a universidade e a comunidade, na qual destacávamos as possibilidades de concessão de ambas as partes e as decisões pactuadas. Tendo o coroamento deste processo participativo se realizado e ampliado no V Seminário Internacional Urbicentros. Centralidades Periféricas, Periferias Centrais, promovido pelo Proext Abrace o Porto e pelas instituições vinculadas e com a Comunidade integrada ao evento, não apenas porque o evento se realizou no Porto do Capim e adjacências, mas também porque inserimos os

moradores do Porto e seus espaços nas diversas atividades que compuseram o evento, desde as oficinas, palestras e rodas de conversas até os saraus artísticos. A representante da Associação de Mulheres do Porto do Capim, Rossana Holanda, participou de mesas redondas, palestras, com voz ativa e na palestra final de encerramento do evento recebeu das mãos de Raquel Rolnik (palestrante) e de Elizabetta Romano o conjunto de propostas de projeto urbanístico e arquitetônico, com recomendações para cada área e aspecto discutidos nos grupos de trabalho organizados a partir do segundo ano do Proext.

Com esta atividade de extensão e participação amplas objetivamos igualmente prospectar uma renovação epistêmica fundamentada nas práticas urbanas contemporâneas, o V Seminário Internacional Urbicentros, com a participação de diversos profissionais, estudantes do Brasil e do mundo, foi um espaço para estas discussões. Abraçamos, assim, o Porto do Capim e seus moradores.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Profanaciones**. Buenos Aires, Adriana Hidalgo editora S.A., 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2013.
- GONÇALVES, Helena Tavares. **O PORTO E A CASA: Dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa (PB)**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2014.
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. **Le droit à la ville** (1ª edição: 1968), Paris: Editions Anthropos, 1986.
- LEITÃO, Lúcia. **Quando o ambiente é hostil: uma leitura urbanística da violência à luz de Sobrados e Mucambos e outros ensaios gilbertianos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.
- MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. **Revitalização urbana e (re) invenção do Centro Histórico da cidade de João Pessoa (1987-2002)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004a.
- _____. **Cidadania e patrimônio cultural: Oficina-escola, Projeto Folia- cidadã e Acehrvo no centro histórico de João Pessoa**. João Pessoa: Editora Universitária, 2004b.
- _____. **Imagens da cidade: patrimonialização, cenários e práticas sociais**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.

SMITH, Neil. **A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global.** São Paulo: Annablume, 2006.

SOUTO, Emilayne da S.. **“Aqui tem gente!”: as mulheres em ação do Porto do Capim.** Dissertação de Mestrado em Sociologia/PPGS/UFPB, 2015.